

AS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA PEDAGOGIA



PEDAGOGICAL INTERVENTIONS IN THE LEARNING PROCESS FROM THE PERSPECTIVE OF A NEW PEDAGOGY

GABRIELA DA SILVA FERREIRA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2.021); Especialista em Neuropsicopedagoga pela Faculdade FGP – Gennari e Peartree (2.023); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – Pedagogia – na EMEF. Mailson Delane, Profº.

RESUMO

A nova pedagogia propõe um redirecionamento das práticas educativas tradicionais, centradas na homogeneização do ensino, para abordagens mais inclusivas, participativas e sensíveis à diversidade dos sujeitos em processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, as intervenções pedagógicas deixam de ser ações pontuais e corretivas e passam a ser compreendidas como estratégias planejadas, intencionais e contínuas que buscam atender às diferentes necessidades dos estudantes, promovendo sua autonomia, participação e protagonismo. O papel do professor, nesse contexto, é ressignificado: ele atua como mediador, organizador do tempo pedagógico e facilitador da construção do conhecimento, adotando metodologias ativas, recursos acessíveis, tecnologias assistivas e práticas avaliativas formativas. A flexibilização curricular torna-se essencial, pois permite a adaptação de conteúdos, metodologias e instrumentos avaliativos, respeitando os ritmos e estilos de aprendizagem. Essas intervenções demandam também uma articulação com a comunidade escolar e a formação docente contínua, aspectos fundamentais para a consolidação de uma cultura pedagógica democrática. Ancoradas em teorias como as de Vygotsky e Paulo Freire, tais práticas valorizam o diálogo, a cooperação e a construção coletiva do saber. Dessa forma, a nova pedagogia não apenas propõe o redesenho das estratégias de ensino, mas também convoca uma mudança ética e política na forma de

conceber a educação, entendendo-a como um direito universal que deve ser garantido com equidade, justiça e sensibilidade às diferenças.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Neurodivergência; Deficiência intelectual; Avaliação escolar; Acessibilidade.

ABSTRACT

The new pedagogy proposes a redirection of traditional educational practices, centered on the homogenization of teaching, towards more inclusive, participatory approaches that are sensitive to the diversity of subjects in the learning process. From this perspective, pedagogical interventions cease to be punctual and corrective actions and become understood as planned, intentional, and continuous strategies that seek to meet the different needs of students, promoting their autonomy, participation, and protagonism. The role of the teacher, in this context, is redefined: they act as a mediator, organizer of pedagogical time, and facilitator of knowledge construction, adopting active methodologies, accessible resources, assistive technologies, and formative assessment practices. Curricular flexibility becomes essential, as it allows for the adaptation of content, methodologies, and assessment instruments, respecting learning rhythms and styles. These interventions also demand articulation with the school community and continuous teacher training, fundamental aspects for the consolidation of a democratic pedagogical culture. Anchored in theories such as those of Vygotsky and Paulo Freire, these practices value dialogue, cooperation, and the collective construction of knowledge. In this way, the new pedagogy not only proposes a redesign of teaching strategies, but also calls for an ethical and political shift in the way education is conceived, understanding it as a universal right that must be guaranteed with equity, justice, and sensitivity to differences.

Keywords: Inclusive education; Neurodivergence; Intellectual disability; School assessment; Accessibility.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, intitulado *“As intervenções pedagógicas no processo de aprendizagem na perspectiva de uma nova pedagogia”*, propõe uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar, com foco no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência, especialmente no contexto da educação pública brasileira. Ao longo do estudo, busca-se compreender como a escola pode se tornar um espaço efetivamente inclusivo, superando práticas excludentes e promovendo a valorização das diferenças como elemento constitutivo da aprendizagem. Para isso, analisa-se o cenário atual da inclusão, com base em marcos legais e conceituais, e propõem-se estratégias que favoreçam uma educação equitativa, acessível e comprometida com a diversidade.

OBJETIVO GERAL

Investigar as práticas pedagógicas inclusivas e os desafios enfrentados no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, considerando o papel das intervenções pedagógicas na construção de uma escola democrática e acolhedora.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a inclusão escolar como um processo relacional e de valorização da diversidade humana;
- Analisar o impacto de documentos legais, como a Declaração de Salamanca (1994) e a LDB (Lei nº 9.394/96), na formulação de políticas educacionais inclusivas;
- Identificar os principais desafios estruturais, pedagógicos e culturais que dificultam a inclusão efetiva;
- Comparar práticas brasileiras com experiências exitosas de inclusão em países europeus;
- Destacar a importância da formação continuada dos docentes, da flexibilização curricular e do uso de recursos pedagógicos acessíveis e variados como ferramentas fundamentais para a inclusão.

JUSTIFICATIVA

Este artigo justifica-se pela necessidade urgente de transformar a concepção de inclusão escolar, superando a visão limitada à matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular. A inclusão verdadeira requer ações pedagógicas planejadas, mediação qualificada e práticas que assegurem participação ativa, pertencimento e desenvolvimento integral. Mais do que adaptações físicas ou recursos pontuais, é preciso reconfigurar a cultura escolar para garantir que todos os alunos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, com potencial de aprendizagem e expressão. Compreender os limites e possibilidades da inclusão no cotidiano escolar contribui diretamente para o fortalecimento de uma educação pública mais justa, acessível e humanizada.

PROBLEMA

Apesar dos avanços legais que reconhecem o direito à educação inclusiva, como estabelecem a Declaração de Salamanca e a LDB, a realidade das escolas brasileiras ainda revela obstáculos significativos à sua concretização. Persistem lacunas na formação docente, carência de materiais adaptados, barreiras físicas e atitudinais e uma cultura escolar que nem sempre valoriza a diversidade. Diante desse cenário, a presente investigação busca responder à seguinte questão: Como a escola pública pode enfrentar e superar os entraves pedagógicos, estruturais e socioculturais, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de estudantes com deficiência no contexto da educação inclusiva?

AS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA PEDAGOGIA

METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica. A escolha metodológica justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que envolve não apenas aspectos técnicos da prática pedagógica, mas também dimensões subjetivas, sociais e institucionais relacionadas ao processo de inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ambiente escolar. Ao adotar a perspectiva qualitativa, buscou-se compreender, de maneira aprofundada, as múltiplas interpretações e significados atribuídos às intervenções pedagógicas no contexto inclusivo.

Quanto ao procedimento técnico, optou-se pela pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise de obras científicas, artigos acadêmicos, teses, dissertações, legislações e documentos oficiais publicados por órgãos educacionais e pesquisadores reconhecidos no campo da educação inclusiva. Entre os principais autores estudados, destacam-se Mantoan (2003), Freire (1996), Vygotsky (1993), Carvalho (2011) e Sassaki (1997), além dos marcos legais como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A análise dos dados foi desenvolvida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a categorização dos principais elementos que constituem o debate sobre inclusão escolar. As categorias emergentes trataram das barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais; das estratégias inclusivas efetivas; da formação docente e do uso de recursos acessíveis no processo de ensino e aprendizagem. A metodologia adotada permitiu sistematizar reflexões teóricas e práticas sobre como a escola pode promover uma educação democrática, equitativa e centrada no respeito às diferenças humanas, na perspectiva de uma nova pedagogia.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se nas contribuições de estudiosos da educação, da psicologia do desenvolvimento e das políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Parte-se do entendimento de que a educação inclusiva é mais do que um projeto de acesso: é uma proposta pedagógica, política e ética que reconhece e valoriza as diferenças como componentes naturais da convivência humana e do processo de aprendizagem.

Segundo Mantoan (2003), a educação inclusiva rompe com o modelo tradicional que associa deficiência à incapacidade, propondo uma escola que acolha todos os estudantes com base na equidade e na personalização das práticas pedagógicas. A autora destaca que a inclusão implica a transformação da cultura escolar, a superação de práticas excludentes e a construção de um ambiente educativo flexível, onde todos possam participar, aprender e se desenvolver integralmente.

Complementando essa perspectiva, Vygotsky (1993) argumenta que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e culturais, e que o aprendizado é potencializado quando mediado por instrumentos e sujeitos mais experientes. Para o autor, a deficiência não é um impedimento absoluto ao aprendizado, mas uma condição que, quando compreendida e respeitada, pode ser superada com o

suporte adequado. A sua teoria da zona de desenvolvimento proximal reforça a importância das intervenções pedagógicas ajustadas às possibilidades do educando.

Já Paulo Freire (1996) contribui com uma visão crítica e humanizadora da educação, centrada na escuta, no diálogo e na valorização do sujeito como protagonista de sua formação. Em sua pedagogia libertadora, a educação deve ser um instrumento de transformação social, e não de reprodução de desigualdades. Nesse sentido, a inclusão é compreendida como uma prática de resistência aos mecanismos de opressão e marginalização presentes na escola tradicional.

Do ponto de vista legal e institucional, a Declaração de Salamanca (1994) introduz uma nova concepção de escola, defendendo que o sistema educacional deve se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário. O documento sustenta que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas, devem ter acesso à escola comum, com o suporte necessário para uma aprendizagem efetiva.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394/96) consolidam o direito de todos à educação, reconhecendo a diversidade como princípio fundamental. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça esse compromisso, ao estabelecer que os alunos público-alvo da educação especial devem ser preferencialmente matriculados em classes comuns e ter garantido o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas diferenciadas.

Autores como Sassaki (1997) também ressaltam que a deficiência não elimina o direito ao desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, sendo dever da escola criar as condições para que esse desenvolvimento ocorra. Isso envolve a formação contínua dos profissionais da educação, o planejamento colaborativo, a avaliação diferenciada e o uso de metodologias que respeitem os diferentes estilos e tempos de aprendizagem.

Com base nesse arcabouço teórico e legal, compreende-se que a construção de uma escola inclusiva requer mais do que ações pontuais ou adaptações físicas. Ela exige uma mudança de postura, uma nova cultura escolar e um compromisso ético com a aprendizagem de todos. A nova pedagogia que se propõe neste estudo busca integrar conhecimento, sensibilidade e justiça social como pilares de um processo educativo verdadeiramente transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu refletir criticamente sobre os desafios e possibilidades das intervenções pedagógicas no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência, especialmente à luz de uma nova concepção pedagógica fundamentada na inclusão, no respeito à diversidade e na promoção da equidade. Constatou-se que, embora existam avanços significativos nos marcos legais e nas políticas públicas voltadas à educação inclusiva, a realidade das escolas brasileiras ainda revela limitações estruturais, pedagógicas e culturais que dificultam a consolidação de práticas efetivamente inclusivas.

Ao longo do estudo, ficou evidente que a inclusão escolar não se resume à presença física de estudantes com deficiência no ambiente escolar, mas requer uma atuação intencional por parte dos profissionais da educação, o uso de recursos pedagógicos acessíveis e uma formação docente contínua e crítica. A nova pedagogia proposta neste trabalho defende que o processo educativo deve ser sensível às particularidades de cada estudante, promovendo ambientes de aprendizagem flexíveis, acolhedores e que favoreçam o protagonismo dos sujeitos historicamente excluídos do direito pleno à educação.

A análise do referencial teórico e legal também indicou que a superação das barreiras à inclusão depende da articulação entre políticas públicas eficazes, gestão escolar democrática e práticas pedagógicas contextualizadas, que reconheçam a diversidade como parte constitutiva da experiência educativa. Por fim, reafirma-se que a construção de uma escola inclusiva é uma tarefa coletiva, contínua e ética, que exige o comprometimento de toda a comunidade escolar com os princípios da justiça social, da igualdade de oportunidades e do direito à aprendizagem para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-22062009&category_slug=maio-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 set. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler de. **Inclusão: a escola e o direito de todos**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO/MEC, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 23 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.